

## Acta nº 2/2002

Aos vinte e quatro dias do mês de Abril do ano dois mil e dois, pelas nove horas, reuniu a Assembleia Municipal, no Salão Nobre dos Paços do Município, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Expediente para conhecimento;
2. Actividade e Situação Financeira da Autarquia;
3. Conta de Gerência e Relatório de Actividades de 2001;
4. Orçamento da receita e da despesa para 2002;
5. Plano Plurianual de Investimentos - PPI 2002;
6. Plano de Actividades Municipal - PAM para 2002;
7. Restruturação dos Serviços Municipais - Proposta (Organograma, Quadro de Pessoal e Regulamento da Organização dos Serviços Municipais);
8. Aquisição dos serviços de recolha indiferenciada dos resíduos sólidos urbanos do Município de Montalegre - autorização para a assunção de encargos por mais de um ano económico - Proposta;
9. Classificação como Património edificado privado de local o conjunto formado pelo "Antigo Seminário, o Passadiço, a Eira e a casa da Rua", em Gralhas;
10. Estrutura Orgânica, Regulamento Interno e Quadro de Pessoal da AMTAD;
11. Encargos com Pessoal - AMTAD.

Registando-se quorum, estavam presentes sessenta e dois membros. Não compareceram à chamada os senhores Manuel António Silva Carvalho, Nuno Duarte Miranda Justo, Luis Filipe Lopes Afonso Carril, Armando Rodrigues Mendes Duarte, António Fernando Barroso Miranda, António Pires Pereira, António Gregório Azevedo Dias, Silvino Flores e Manuel Lopes Júnior.

O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

Devido à ausência do Primeiro Secretário, o Senhor Presidente da Assembleia chamou, para completar a constituição da Mesa, o deputado António Bernardes Fidalgo.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que a deputada Ana Maria Lima Carvalho renunciou ao mandato, tendo sido substituída pelo deputado João Moura Rodrigues.

Foi posta à consideração a acta da sessão anterior, tendo os deputados Acácio Gonçalves e Duarte Soutinho feito alguns reparos à mesma.

O deputado Acácio Gonçalves apresentou o seguinte voto declarado:

"O Grupo Municipal do CDS/PP, declara o seu voto contra a aprovação da acta nº 1/2002 de 27/02/2002 pelos seguintes motivos:

1º - Na página 3 no terceiro parágrafo da referida acta o deputado Acácio Gonçalves não disse textualmente o que está transcrito mas sim: "Numa assembleia anterior apresentei um protesto dizendo que o executivo não respeita o estatuto da oposição - Lei 24/98 de 26 de Maio, estando constantemente a violá-lo ao não chamar o partido para qualquer cerimónia oficial e muito menos para lugares políticos, nomeadamente naqueles onde faz questão em estar democraticamente com os outros partidos.

Na empresa Municipal Barrosana fez representar na Administração da mesma o PSD pelo Senhor Abel Afonso, sem a representação do CDS/PP que substituiu pelo funcionário David Teixeira.

Na representação da C.M.M. do Matadouro nomeou o vereador do PSD Abel Afonso que foi sempre o braço direito do Presidente da Administração do Matadouro, Engenheiro Justo, valendo mais a pena ter passado uma procuração àquele administrador com todos os poderes.

Finalizo pedindo explicações sobre o atraso das obras do Castelo.

Montalegre, 24 de Abril de 2002, Assina Acácio da Silva Gonçalves".

O deputado Duarte Soutinho disse que na página 9, 5º parágrafo, deve ser alterado o exposto, passando a ter a seguinte redacção: "o PDM é vinculativo uma vez que é aprovado pelo Conselho de Ministros e homologado pelo Presidente da República".

Posta a votação, a acta foi aprovada por maioria com 1 voto contra e cinco abstenções.

### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

Inscreveram-se para intervir os deputados Domingos Vasconcelos, António Cascais, Acácio Gonçalves, José Coelho, João Duarte, Francisco Surreira, Nelson Rodrigues, Acácio Moura e Fernando Calvão.

O deputado Domingos Vasconcelos referiu um troço que ficou por construir na estrada de Paradela a Ferral. Perguntou o que é que se passa com aquela obra porque já não está lá ninguém a trabalhar. Disse que os empreiteiros que fazem as obras municipais devem identificar-se porque muitas vezes as pessoas têm problemas e querem dirigir-se à empresa e muitas vezes não sabem quem são.

O deputado António Cascais leu o seguinte documento:

"Senhor Presidente da Assembleia Municipal,  
Senhor Presidente da Câmara,  
Senhoras e Senhores Membros desta Assembleia

O acto eleitoral realizado no passado dia 17 de Março resultou numa mudança política em Portugal. É a prova da maturidade da nossa democracia, é regra da alternância é o respeito pela vontade popular.

Não posso deixar de sublinhar a confortável vitória do Partido Social Democrata também no concelho de Montalegre, o que já não acontecia nos seis actos eleitorais anteriores, isto é, a partir de 1995. Para além das motivações do eleitorado à rejeição dos últimos seis anos de Governo do Partido Socialista, este resultado expressa ainda o reconhecimento na liderança do PSD de Montalegre ao longo dos últimos 16 meses, protagonizada pela Dr<sup>a</sup> Guilhermina Costa que tem vindo a imprimir firmeza e tenacidade no combate político, justiça e motivação nas propostas feitas e perspicácia na estratégia adoptada. Tal como

Lavoisier nos ensinou sobre a natureza, também nós acreditamos que todo este trabalho se não perderá e vai dar os seus frutos.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,  
Senhor Presidente da Câmara,  
Senhores Deputados Municipais

Ou por conveniência de agenda ou pelo propósito do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, coincide esta sessão com o aniversário de uma data que simboliza a extinção de um regime político de má memória - o Estado Novo - e a véspera do aniversário da revolução que abriu caminho a este regime democrático vigente, o 25 de Abril de 1974.

É obviamente para assinalar a data simbólica da instauração da democracia em Portugal que, em nome do Partido Social Democrata, intervenho nesta Assembleia.

Nunca é demais sublinhar as virtudes de eventos que, mesmo à distância de 28 anos, devem ser tidos em conta na conduta dos Políticos, com vista a alertar para desvios a princípios basilares da democracia, em que muitas vezes as conveniências do momento se sobrepõem às ideologias, em que a satisfação dos interesses de clientelas justifica as razões da participação de alguns na vida democrática, em que o aproveitamento pessoal se torna o fio condutor da tomada de decisões no exercício do poder democrático, em que grupos de poderosos colhem os frutos de políticas que esquecem os mais desprotegidos.

Assim, homenageamos a nobre missão dos militares cuja acção nos conduziu à aurora de um regime plural e de esperança numa sociedade mais justa e moderna.

Vivemos hoje num tempo em que o egoísmo tende a influenciar a marcha desta sociedade de contradições, na qual a riqueza, a ostentação ou a luxúria fazem vizinhança com a pobreza, a miséria ou a fome. Tudo isto acontece com a cumplicidade dos líderes, dos políticos, de quem recebe o mandato do povo para exercer um poder que tenha em vista a satisfação das necessidades desse mesmo povo.

É a constatação de tantas contradições e injustiças que afasta o cidadão de participar na vida democrática, que não motiva a juventude para a actividade política, que descredibiliza os políticos, que afasta a sociedade de quem a representa. Infelizmente o passado recente é pródigo em exemplos de representantes do poder e da administração que, abusando das suas funções, a todos aviltam e a todos deveriam envergonhar. São também algumas decisões dos políticos direccionadas apenas em seu proveito que ajudam à descrença no espírito de Abril.

Não é Abril ouvir noticiar que esta ou aquela personalidade rejeitam participar no Governo ou liderança partidária, porque perdem dinheiro e imediatamente aparecem responsáveis políticos e influentes condutores de opinião a gritar que, afinal, os políticos estão mal pagos, quando os salários médios em Portugal são uma vergonha.

Não é Abril assistir às reformas de pessoas a meio da sua idade útil de trabalho, à custa das regalias de contagem do tempo de serviço que a actividade política lhes dá e vê-los continuar nos mesmos lugares, auferindo novo salário. É um insulto aos salários médios dos Portugueses que com o seu trabalho contribuem para alimentar tão grandes privilégios que os próprios políticos para si aprovaram.

Não é Abril assistir à tomada de decisões com vista a alimentar grupos de amigos, familiares ou de interesse próprio à custa do mandato que os cidadãos outorgaram para que tal fosse exercido com respeito pela justiça, igualdade de oportunidades e de tratamento das pessoas.

Não é Abril delapidar os recursos públicos, sacrificando o presente dos cidadãos e hipotecando o futuro dos vindouros para servir o bem-estar de alguns.

Não é Abril optar por infraestruturas notoriamente acima das possibilidades actuais, à custa de prioridades que trazem bem-estar às populações e potenciam os recursos próprios com vista a um desenvolvimento sustentado, só para ceder a insondáveis finalidades particulares ou de grupo.

Mas aquele espírito de Abril que consubstanciava o exercício da democracia no dever de desempenhar lealmente as funções públicas, tendo como norte a realização da pessoa humana e como bússola o respeito pela liberdade individual, pelos direitos de cada um e pela possibilidade universal do acesso de cada pessoa aos meios que são de todos, continuará a inspirar as motivações de cada um de nós à participação em actividades públicas, se tivermos memória para honrar a nossa origem e orgulho para legar ao futuro uma geração mais tolerante e solidária.

Termino, citando uma frase de Francisco Sá Carneiro numa intervenção na Assembleia Nacional, em 24 de Fevereiro de 1972: "A comunidade política só se legitima pela possibilidade de realização do bem comum...

Montalegre, 24 de Abril de 2002"

O deputado Acácio Gonçalves congratulou-se com a vitória da direita em Portugal e felicitou a coligação PSD/CDS-PP. A mudança fez-se, os homens entenderam-se e em Montalegre o socialismo continua porque a Presidente do PSD continua a dizer que enquanto o Sr. Acácio Gonçalves estiver no PP o PSD não faz coligação. Entregou ainda à Mesa a seguinte carta de recomendação:

"Exmº Senhor Presidente da  
Assembleia, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs.  
Deputados, m/ Senhores e m/Senhoras

A situação embaraçosa, instalou-se no Matadouro Regional do Barroso e Alto Tâmega, S.A. deixando estupefactos todos os barrosões perante o comunicado publicado no jornal POVO DE BARROSO de 15/04/02 ao tornar público o aditamento à ordem de trabalhos da Assembleia Geral ordinária daquela sociedade marcada para o dia 03/05/02 pelas 10 horas conforme requerimento/proposta (accionista sem rosto) a fim de ser votada a dissolução da Sociedade.

Como se trata de assunto de interesse público a que nós membros desta Assembleia não nos poderemos manter alheios, tem esta carta a finalidade de recomendar ao executivo camarário certas observações que o nosso modesto conhecimento achou estranho, sabendo no entanto que o representante dessa C.M.M. Sr. Abel Afonso, vereador do PSD, não deixaria de prestar informação mais conveniente, correndo-se o risco de nos estarmos a

sobrepor sobre esse assunto, no entanto não poderemos correr o risco de um celebre processo das minas da Borralha deixar suspeição no decurso de todo o processo, mais concretamente sobre prazos e valores da transacção; assim passarei a enumerar certas passagens oficiais:

Em 24/4/2002 a sociedade dá conhecimento à C.M.M. através de ofício que foram alterados os estatutos da empresa em 30/03/2001 e alertando para que o direito de preferência da C.M.M. decorria até 02/05/01, com vista ao aumento do capital social cuja subscrição da C.M.M. deveria ser 20.000 contos.

No dia 01/05/01 reúne a C.M.M. e aprova por unanimidade a referida alteração estatutária e aumento do capital passando a dispor de 40.000 contos a corresponderem 4.000 acções.

Submetido à Assembleia Municipal em 11/05/2001 o assunto aprovado na C.M.M., acabou por ser aprovado, embora o grupo municipal do CDS/PP tivesse chamado a atenção para a conta de gerência onde se verificava um endividamento de 600.000 contos para um investimento que à data rondou os 800.000 contos, parecendo-nos estar a caminhar para uma situação de insolvência a curto prazo; criticamos também a gestão da empresa que mais se parece com uma gestão familiar, tendo-nos respondido o Sr. Presidente da C.M.M. com respostas muito concisas que não nos satisfizeram, tendo-se verificado a ausência do representante da C.M.M. no referido matadouro que assim não nos pôde explicar os maus resultados daquele empreendimento que de certeza não foi devida aos 36 empregados que trabalham para além da hora normal e na maioria com vencimentos mínimos.

Assim esta Assembleia deveria saber o que se passou desde 30/04/2001, data esta em que o Presidente do Conselho de Administração daquela sociedade veio apresentar à C.M.M. e consequentemente a esta Assembleia Municipal a aprovação do projecto de aumento de capital social para 10.000 contos e o relatório da conta de gerência.

Também gostaríamos de saber se a C.M.M. vai impugnar este acto para que a dissolução ocorra com trânsito em julgado da sentença a fim de haver mais transparência.

Exigiu a C.M.M. que a acta da assembleia geral de accionistas fosse lavrada por notário público, sendo assim mais credível.

No caso de dissolução da sociedade na liquidatária da sociedade a C.M.M. exigiu que fosse feita judicialmente.

Perante a realidade do matadouro, parece-nos que a situação é de insolvência ou de situação económica difícil e nunca inviável ou de falência e perante isso deveria ser requerida a providência de recuperação adequada em face do Código do processo especial de recuperação da empresa e de falência.

Se por acaso a empresa faltou ao cumprimento de alguma obrigação por falta de maíos deverá requerer a falência, a não ser que tenha alguma razão aceitável para não o fazer e então irá para a providência de recuperação adequada.

Aqui está o "busilis" da questão e pergunta-se:

- Estará a administração do Matadouro em falta por não ter já declarado a falência?

- O que na verdade se passou para ser pedida a dissolução da sociedade?
- Serão problemas de exoneração ou exclusão de sócios?

Aproveitamos para apresentar os nossos respeitosos cumprimentos.

Montalegre 24 de Abril de 2002, Assina Acácio da Silva Gonçalves"

O deputado José Coelho disse que no mandato do Dr. Pires existia a ideia ou projecto de abertura de um estradão do Avelar a Viade. Disse que é um local sossegado e é procurado por muitos turistas. Pensa que devia ser candidato a algum programa comunitário.

O deputado João Manuel Duarte entregou à Mesa o seguinte documento:

"Senhor Presidente:

A primeira impressão pode marcar a nossa simpatia por uma região, como poderá resultar num afastamento da mesma. O primeiro aspecto que seguramente nos cantagia é a limpeza de uma localidade ou região.

Ao abordar este assunto, pretendo alertar os responsáveis por alguns aspectos que me parecem prejudicar a beleza da nossa Terra ou incomodar as populações residentes.

Os contentores do lixo em Montalegre dão cada vez mais um ar de desleixo, não só pelo amontoar dos resíduos, mas principalmente pela sua localização. Há contentores no centro da vila colocados em cima de passeios, impedindo até o normal trânsito das pessoas; outros estão mesmo junto a casas comerciais, principalmente perto de restaurantes, o que constitui um mau cartão de visita. Mas há dois contentores que estão colocados num sítio singular: são os que permanecem no paredão, junto ao forno da vila, sendo este um lugar de descanso, encontro de pessoas, de aprazíveis vistas para o poente. Enfim, um sítio que, por tradição e prazer, se destina a pessoas e os responsáveis da Câmara estão a fazer dele um canto para o lixo.

A instalação do Parque na Senhora da Peneda, em Donões, foi uma iniciativa que deve merecer os nossos elogios. O que já destoa totalmente do espírito com que foi feita esta pequena, mas importante obra é o pouco cuidado que lhe é dedicado por quem tem a obrigação de zelar pela conservação, asseio e conforto deste tipo de equipamentos. Ainda no passado domingo (21 de Abril) os recipientes para o lixo, uns estavam tombados, outros com o lixo espalhado pelo espaço em volta, mesmo junto a um espaço usado especialmente por crianças. Estas não podem entusiasmar-se demasiado com a felicidade de utilizar este raro espaço do nosso concelho, pois ao mínimo descuido caem em cima de tojos que por ali abundam debaixo de baloiços e outros equipamentos de diversão.

É pois necessário cuidar destas pequenas coisas que tão mau aspecto dão nesta terra de beleza ímpar que deve ser estimada, cuidando-a.

Montalegre, 24-04-2002”

O deputado Francisco Surreira disse que na obra junto à igreja nova destruíram um muro, retiraram as terras, construíram novamente o muro mas não puseram as terras. Esta obra está à entrada da vila e dá mau aspecto.

O deputado Nelson Rodrigues disse que o conceito de transitável é muito subjectivo porque no caminho de que falou o colega de bancada, Domingos Vasconcelos, há problemas graves. Com os arranjos que se lá fizeram ficou um muro partido e a calceta estragada; foi feita uma entrada e o aterro foi lançado para o terreno de outra pessoa. Disse ainda que existe um recinto em Ferral onde as pessoas deixam os carros para visitar a Ponte da Misarela e está lá areia, paralelo, etc. Pensa que a Câmara devia ter mais cuidado.

O deputado Acácio Moura, Presidente da Junta de Freguesia de Covelães, disse que a empresa concessionária dos transportes para a zona do rio não cumpre e não garante o transporte às populações. Pergunta se é possível a Câmara garantir o transporte pelo menos uma vez por semana.

O deputado Fernando Calvão prescindiu da palavra.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder aos interpelantes.

Este, ao deputado Domingos Vasconcelos, disse que na estrada de Ferral foram feitos os trabalhos enquanto o estado do tempo permitiu. As temperaturas negativas que se verificaram não permitiram que se colocasse o tapete todo. Pensa que dentro de poucos dias, se a temperatura melhorar, o empreiteiro poderá recomençar a obra. Referiu ainda que é uma obra que é financiada pelos Fundos Comunitários e que está quase paga e que é obrigatório que os empreiteiros se identifiquem, assim como deverá ser afixado o valor total da obra.

Ao deputado António Cascais disse que teve uma visão miserabilista e que há no seu discurso muitas contradições e que são problemas que devem ser resolvidos entre ele e o seu partido.

Ao deputado Acácio Gonçalves disse que tem tido informações sobre o Matadouro, através do representante da Câmara, Sr. Abel Afonso, e também do Sr. Eng<sup>o</sup> Justo, com quem troca muitas vezes impressões, e que se algo de grave se estivesse a passar no Matadouro eles já lhe teriam comunicado. Aquilo que se passa é o interesse pessoal de um accionista que quer vender o seu capital social mas pelo preço que ele entende. É esse accionista que pede a dissolução do Matadouro só que isso não é solução porque não é assim que ele vai receber o dinheiro. Referiu ainda que toda a gente sabe que o Matadouro tem problemas, mas paga aos seus funcionários e não está assim tão mal. Devemos ter consciência de que esta estrutura foi mal planeada por culpa de uma política que foi implementada na altura, mas alberga trinta funcionários e só por isso já devia ser apoiada pela autarquia, para além de escoar a produção pecuária da região.

Ao deputado José Coelho disse que o caminho Avelar-Viade-Cambezes foi beneficiado mas é uma zona de floresta e o Avelar e o Ourigo não podem ser devassados com uma passagem que incentive um aumento de visitas.

Ao deputado João Duarte disse que a Câmara é responsável pela limpeza mas que não pode ser atribuída à Câmara a culpa de se virarem contentores à noite porque isso é culpa de algumas pessoas que são mal educadas e não têm civismo. Disse ainda que sempre se lembra dos contentores estarem junto ao forno da vila e que se não estivessem os contentores estariam lá dois carros mas que se as pessoas pretenderem podem ir para o lugar de dois carros noutra local. Pediu a todos mais rigor na vila e mais cuidado com a limpeza. Disse que o pessoal que deixou a cobrança de água vai ficar disponível para fazer fiscalização incluindo à limpeza limpeza e que a Câmara vai apostar nos maloqueiros, que ficam mais discretos.

Ao deputado Francisco Surreira disse que foi feito um projecto de beneficiação do adro da igreja para se proceder a alterações e que vai ser pavimentado com cubo pequeno e o jardim vai ser reformulado estando isso a ser articulado com o pároco.

Ao deputado Nelson Rodrigues disse que só na Assembleia é que tem ouvido falar do caminho das Barcas e que se as pessoas não reclamam alguma coisa se passa. Disse ainda que a brigada de Ferral tem feito muito trabalho naquela freguesia.

Ao deputado Acácio Moura disse que a Câmara iria pressionar a empresa para que esta faça mais transportes mas que todos devem ter consciência de que a empresa concessionária só fará os transportes se obtiver lucro. Disse que para a zona do rio iria tentar convencer a empresa a fazer os transportes pelo menos uma vez por semana.

Finda a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, pediram a palavra os deputados António Cascais, Acácio Gonçalves, Nelson Rodrigues e João Duarte.

O deputado António Cascais admirou-se com a intervenção do presidente da Câmara quando referiu que tanto faz estarem dois carros estacionados junto ao forno da vila como dois contentores.

O deputado Acácio Gonçalves disse que é lamentável que a Câmara não esteja informada sobre o que se passa no matadouro. Explicou que o sócio teve uma acção judicial por exoneração e ganhou-a.

O deputado Nelson Rodrigues disse que o Senhor Presidente da Câmara já se tinha apercebido que se fala muito no caminho de Sidrós, então também já se devia ter apercebido que alguma coisa de errado se passa lá.

O deputado João Duarte disse que o local junto ao forno nunca foi depósito do lixo e convidou o Senhor Presidente da Câmara para, durante o verão, parar lá durante cinco minutos.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Câmara respondeu e disse que aquilo que o deputado Acácio Gonçalves disse é uma forma de pressão. Garantiu que a Câmara não iria votar a dissolução do Matadouro porque isso não é solução para nada. O que não é normal é que o sócio que quer a dissolução do Matadouro para sair da sociedade queira seis vezes mais do que aquilo que investiu. Disse que não havia entulho no ringue de Ferral mas sim areia e paralelo para fazer obras que demoraram mais do que se esperava. Ia dar ordens para ser retirado de lá esse material. Sobre a limpeza da vila disse que não é por mudar os contentores de local que eles vão deixar de ser contentores do lixo. Se as pessoas tiverem

mais cuidado e colocarem o lixo em sacos plásticos, como determina o regulamento, então cumpre-se melhor o desejo de todos.

## **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1. Expediente para conhecimento**

O Senhor Presidente da Assembleia deu a conhecer toda a correspondência recebida, bem como o Relatório e Contas – 2001 da RESAT; Relatório de Actividades referente ao período de Outubro a Dezembro de 2001 da PESL – Parque Eólico da Serra do Larouco, SA.; Relatório e Contas de 2001 da empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Não houve inscrições.

A Assembleia tomou conhecimento.

### **2. Actividade e Situação Financeira da Autarquia**

O Senhor Presidente da Câmara apresentou o Relatório da Actividade e Situação Financeira da Autarquia no período que decorreu desde a última sessão até à presente data.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais, António Ferreira e José Coelho.

O deputado António Cascais disse que tem visto muito trabalho e muito investimento em Penedones e perguntou quem é que estava a fazer o acesso ao parque de lazer. Falou ainda de um coberto que foi feito e que está a ser seguro por uns caibros. No seu entender deveria ser deitado abaixo porque o que ali está é uma vergonha.

O deputado António Ferreira disse que para quem andou, durante um ano, a dizer na Assembleia que a Câmara nada fazia e aquilo que se fazia era durante a época eleitoral, pensou que o relatório iria referir que a Câmara tinha parado. Verifica que felizmente isso não é verdade e que muita obra foi feita e que se vai buscar financiamento para outras.

O deputado José Coelho disse que tem ouvido falar muito nas brigadas de Ferral e de Salto mas quando tem algum problema na sua freguesia tem de pagar para que lhe façam os trabalhos.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Câmara respondeu aos interpelantes.

Ao deputado António Cascais disse que o documento refere que a obra está a concurso, a Câmara paga as expropriações e a JAE faz a obra do cruzamento. O acesso ao parque de lazer de Penedones, esse será executado pela Câmara. Sobre o coberto de que falou, disse que foi utilizada madeira verde na construção.

Sobre a intervenção do deputado António Ferreira, disse que falou da continuidade das obras e que isso mostra a seriedade das pessoas. Referiu que o Executivo não fez um planeamento eleitoral mas sim aquilo que era possível fazer e as obras estão a decorrer em bom ritmo, tudo se está a desenvolver dentro das possibilidades reais e dentro dos financiamentos que foram conseguidos.

Ao deputado José Coelho disse que foram criadas as brigadas de Salto e Ferral pela localização periférica das freguesias e referiu que fazem muito trabalho em toda a zona do Baixo Barroso mas que estão à disposição das outras freguesias 90% dos funcionários da Câmara, sediados em Montalegre, incluindo Viade, onde, para além dos trabalhos por administração directa, como foi por exemplo a água a Pisões e Viade, se realizaram muitas obras de arruamentos por empreitada.

A Assembleia tomou conhecimento.

### 3. Conta de Gerência e Relatório de Actividades de 2001

O Senhor Presidente da Câmara apresentou a Conta de Gerência e o Relatório de Actividades relativos a 2001.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais, António Ferreira, Paulo Cruz, Fernando Calvão e Mário Mendes.

O Senhor deputado António Cascais entregou o seguinte documento à Mesa:

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal,  
Senhor Presidente da Câmara  
Senhores Deputados

A Conta de Gerência e Relatório de Actividades constituem instrumentos de execução real da gestão da Câmara Municipal durante o ano a que respeitam, sendo esta o espelho da realização do ano de 2001, ano de eleições autárquicas. Para além disso, permite-nos avaliar as perspectivas do Sr. Presidente da Câmara que foram expressas na apresentação do Plano e Orçamento para aquele ano de 2001, cuja apreciação foi feita por esta Assembleia e pela Câmara em reunião de 28.11.2000. Na análise feita pelos Vereadores do PSD foi então dito o seguinte: **“Passemos então a enumerar as incongruências do Plano e Orçamento, porventura congeminado em momentos de sonho tão apaixonadamente vivido, quão desavergonhadamente justificada será a realidade da Conta de Gerência de 2001”**.

Confrontando agora o Orçamento para 2001, que apontava para um total de 5.897.000 contos, com a Conta de Gerência do mesmo ano, vemos que o apuramento do saldo final da conta de execução orçamental é de 2.527.158 contos de receita cobrada e 2.475.360 contos de despesa efectuada. Senhor Presidente da Câmara, este enorme desvio traduz a realidade que uma análise sensata de então já induzia. Mas o mais grave é que V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> já na altura devia prever estes resultados, por isso foi logro o Plano e Orçamento para 2001. As muitas promessas estão feitas para este ano só podem residir no propósito de teimosamente orçamentar obras para criar expectativas junto das populações. Para o seu financiamento empolou as receitas que a anterior experiência já indiciava não serem arrecadas. Por exemplo do lado da receita corrente previu 150.000 contos para a derrama, recebeu 30.980, dos orçamentados 20.000 de imposto sobre veículos arrecadou 9.637, dos 30.000 de sisa recebeu 18.906, do total de impostos indirectos previu 33.500 contos, recebeu 4.110, dos 150.000 da EDP recebeu 80.813 contos, para as empresas participadas, como ALVADIA, EHATB e PESL, orçamentou 130.000 contos e recebeu apenas 70.998. Isto é, de um total de receitas correntes próprias de 814.250 contos, foram recebidos 413.277 contos. Ora

estas são receitas que, com ligeiros desvios, podem ser previstas com algum rigor. Portanto houve um propósito de empolamento da receita para se poder dizer que havia dinheiro para poder efectuar a despesa prometida.

Onde o Sr. Presidente da Câmara Municipal se enganou ainda mais foi do lado da receita de capital, orçamentando verbas de fundos de apoios que já se sabia não virem a estar disponíveis, conforme na altura os Vereadores do PSD previram. Mas a linguagem fria dos números é o melhor exmplo. Do conjunto dos vários programas, como o Programa Operacional do Norte, o Interreg III, o Lider Plus, o PPDR, o Procom, o Programa Ambiente, o Programa do Desporto, da Economia, da Cultura e o PITER apenas foram recebidos 277.421 contos dos 2.122.122 contos previstos no Orçamento.

Numa análise na perspectiva da gestão financeira, é visível a tendência despesista da actual Câmara, com custos elevadíssimos em alguns sectores. Por exemplo, em pequenas e grandes reparações com mais de 47.000 contos, ajudas de custo com 13.114 contos, trabalho extraordinário com 10.807 contos, contratos de prestação de serviços de pessoal com 6.869 contos, combustíveis e lubrificantes com 42.646 contos, telefones com 7.993 contos, representação municipal com 8.000 contos, publicidade com 5.556 contos, para não falar em consumos, material de expediente e informático e muitos mais milhares de contos que deveriam estar cabimentados em despesas correntes e foram escondidos em rubricas de despesa de capital.

Mas, Sr.s Presidentes da Assembleia e da Câmara, Sr.s Deputados, onde foram excedidas as prováveis previsões foi na dívida desta Câmara. Chegou ao fim do ano de 2001 com uma dívida total de 2.411.163 contos, sendo 1.152.530 contos relativos à dívida de curto prazo, isto é, a fornecedores e empreiteiros. Nem a ADSE escapou ao rol da dívida, pois é credora de 10.100 contos.

Do ponto de vista técnico esta Conta de Gerência apresenta irregularidades na cabimentação de muitas despesas. Por exemplo, a despesa de 85.395 contos dos transportes escolares aparece no capítulo 09 como despesa de capital, sendo notoriamente uma despesa corrente. Um vasto rol de despesas em restaurantes, supermercados, gás, produtos fumados de Barroso, publicidade na imprensa é levado à conta de despesas de investimento ou até à de transferências de capital. Tudo isto são centenas de milhar de contos que nos aparecem como despesa de capital, quando deveria ser contabilizado em despesa corrente. Claro que depois nos aparece um mapa com uma percentagem de 70% do total aplicado em investimentos e apenas 29% em despesas correntes, quando uma imputação correcta de tais despesas alteraria esta relação.

Também na relação da dívida a fornecedores aparece uma infindável listagem de valores levados a dívidas a entidades públicas, quando os credores são claramente entidades privadas. De entre muitos, cito o Mariano António Fontinha & Filhos, Mário Gonçalves, Alfredo Moreira & Filhos, Gonçalves Pinto & Filhos, Manuel Ramoa & Filhos, Casa Teófilo, etc. etc.

Consideramos ainda uma falha grave a ausência do mapa de transferências para as Juntas de Freguesia.

Pelo excesso de despesas correntes nalguns órgãos e principalmente por irregularidades técnicas, que a nosso ver são graves, votamos contra a aprovação da Conta de Gerência referente ao ano de 2001.

Montalegre, 24.04.2002, António Cascais”

O deputado António Ferreira disse que nem quem muito fala, muito acerta. Em termos gerais, há uma discrepância entre o planeado e o agora apresentado, mas a justificação foi dada pelo Senhor Presidente da Câmara. A fazer fé no Tribunal de Contas, que fiscaliza tudo, nos técnicos que elaboram estes documentos e na Assembleia que aprovou, não há dúvidas que o documento é para aprovar. De facto não era possível a oposição aprovar o documento pois nunca a oposição aprovou nada que se fizesse, bem ou mal, e perguntou se aquilo que os socialistas fazem é sempre mal feito.

O deputado Paulo Cruz disse que, pelas palavras do deputado António Cascais, no início até pensou que tinha sido o PSD a ganhar as autárquicas, pelo elogio que fez à líder do PSD. Mas quem ganhou merecidamente essas eleições foi o PS e o relatório mostra exactamente o rigor, a coerência da actuação do Presidente. A Câmara Municipal de Montalegre tem os pés bem assentes na terra e não faz investimentos que possam prejudicar os municípios. Salientou também a abrangência do relatório porque não foca só a sede do concelho mas todo o concelho. É preciso dar mais qualidade de vida às pessoas, apostando em novas estruturas. É preciso dizer-se que o trabalho feito foi bem feito e releva a área do ambiente onde a Câmara Municipal de Montalegre tem feito um grande trabalho e demonstrado uma grande preocupação. O encerramento das lixeiras tem custos elevados e é preciso a sensibilização das pessoas. O trabalho feito merece o apoio de todos.

O deputado Fernando Calvão realçou a atitude responsável que o PSD sempre teve na Câmara e na Assembleia. Votou a favor aquilo que tinha que votar e votou contra aquilo que tinha que votar. Falou ainda das verbas atribuídas à educação e disse que se gastou menos do que aquilo que estava dotado. Disse que as verbas atribuídas às equipas de futebol, Montalegre, Salto, Vilar de Perdizes e Colmeia, são avultadas e que noutra rubrica aparece apoio a outras associações. Disse que gostaria de saber quais são.

O deputado Mário Mendes congratulou-se com o mandato feito pelo PS porque por todo o concelho há obra feita. Lamentou que a receita não tivesse sido a prevista porque aí as obras eram muito mais. Chamou a atenção para o mau estado da estrada de Salto a Linharelhos e finalizou dizendo que o Relatório e o Plano de Actividades devem ser votados favoravelmente.

Findas as intervenções, o Senhor deputado António Cascais inscreveu-se para prestar alguns esclarecimentos e sobre a intervenção do deputado Paulo Cruz advertiu-o que pela sua inexperiência não se deve tornar vaidoso. Disse ainda que o deputado tinha interpretado mal a sua intervenção; de qualquer forma saudou-o pela sua participação porque isso é que é democracia. Deu-lhe os parabéns, mas disse-lhe que precisava de amadurecer. Referiu ainda que concordava com a maioria das obras, só não concorda com os milhares que se gastam em Montalegre, nem que se gastem oito mil contos em jantares.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que disse que a intervenção do deputado António Cascais é o normal do PSD. Os autarcas socialistas são incompetentes, não sabem aquilo que andam a fazer e tudo aquilo que fazem é mal feito. É o maniqueísmo

do PSD. Disse que o deputado António Cascais fez manipulação de números. A Câmara, mesmo sem dinheiro, fez muitas obras e tem resolvido os problemas aos Presidentes de Junta que todos os dias vêm à Câmara pedir coisas e não se importam se a Câmara deve muito ou não. Sofremos de um atraso de décadas, do qual o PSD é o principal responsável. Referiu que esta não era uma realização financeira boa mas foi a possível e a melhor de sempre. Não vale a pena fazer manipulação de números porque as pessoas querem obras e ela estão feitas. Os Planos são uma previsão, não são uma precisão. Há obras que estão no Plano para poderem ser financiadas. Para o Sr. deputado António Cascais e para o PSD tudo é esbanjamento, tudo é mal feito, até o investimento feito a nível informático, que é o melhor ao nível das Câmara do Alto Tâmega. Pediu que dissessem quais são as obras que estão mal feitas ou com as quais não concordam. Sobre a dívida à ADSE disse que pensa que é melhor dever a esta instituição do que a um empreiteiro e garantiu que enquanto a ADSE garantir os benefícios aos funcionários, a Câmara não pagará a dívida, que não será uma prioridade, apesar de saber que para o PSD seria. Disse que as contas dos documentos apresentados foram feitas pelos técnicos que sempre as fizeram e que outros documentos já foram inspeccionados e nunca foram encontradas irregularidades. Assumiu solidariamente a responsabilidade com os funcionários que fizeram o documento. Há necessidade de fazer obras e há também a necessidade de risco porque é para servir as populações e as pessoas querem obras.

Inscreveram-se para esclarecimentos os deputados António Ferreira e Paulo Cruz.

O deputado António Ferreira disse que em questões de seriedade e honestidade não recebe lições de ninguém, muito menos por parte do PSD.

O deputado Paulo Cruz disse que o conteúdo das suas intervenções não se devem a vaidade, mas sim a um direito que lhe assiste como cidadão eleito, tal como o deputado António Cascais. Referiu que a intervenção do deputado foi no sentido de tentar diminuir um cidadão.

**Deliberação:** A Conta de Gerência e o Relatório de Actividades de 2001 foram aprovados por maioria com dezasseis votos contra e duas abstenções.

#### **4. Orçamento da Receita e da Despesa para 2002**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia do orçamento da receita e da despesa para 2002.

Inscreveram-se para intervir os deputados Alberto Martins, António Cascais, José Coelho, António Ferreira, Francisco Surreira, Paulo Cruz, Fernando Calvão e João Soares.

O deputado Alberto Martins entregou à Mesa o seguinte documento:

“Senhores membros da Assembleia  
Senhor Presidente

Mais uma vez, para alguns. Para outros, pela primeira vez, vamos analisar e votar o Plano e Orçamento, desta Autarquia.

Documentos que trazem realizações importantes para o concelho e obras necessárias para as vilas e aldeias.

Sei que algumas, destas obras, já foram feitas. Refiro-me, concretamente, à minha freguesia que conheço melhor pelo desenvolvimento da qual mais me interessa.

As verbas para os arruamentos, que estão aqui no Plano, das Escolas Primárias e Jardins Infantis, parte do saneamento à Borralha e abastecimento de água, a 1ª Fase do Centro Cultural de Salto, bem como a rede de iluminação e depósitos, na Zona Industrial, são para pagar obra já feita.

Mas o que me satisfaz, nestes documentos, é ver a inclusão de obras estruturantes, para a freguesia de Salto.

Tenho a noção que nem todas serão concretizadas, mas há a intenção ao colocá-las, aqui e se não forem neste ano, serão feitas, nos anos seguintes.

- A construção, de instalações próprias, para o pessoal, material e viaturas da Câmara, e já agora peço-lhe, Senhor Presidente, que instale, também uma delegação de atendimento ao público, para serviços camarários, em Salto;
- A disponibilidade de verba, para a participação da Câmara, na construção do Quartel dos Bombeiros de Salto;
- O arranque dos acessos à zona desportiva é sinal de que o projecto vai andar e Salto, terá, em breve, melhores instalações para a prática desportiva;
- A 2ª fase da Casa do Capitão, já entregue, vão concluir uma obra que será um pólo de desenvolvimento cultural de todo o Baixo Barroso;
- A contemplação do Ecomuseu de Barroso, que inclui o Parque Temático das Minas da Borralha, esperamos traga, nova dinâmica àquela terra;
- A inclusão, da repavimentação, da estrada de Salto-Linharelhos;
- O reforço de abastecimento de água às aldeias de: Borralha, Caniçó, Pomar da Rainha, Reboreda e Amiar;
- A melhoria das instalações escolares, na Borralha (Primária e Pré-Primária);
- O apoio às escolas, com transporte dos alunos às Piscinas e o aumento das verbas para material escolar – 10 euros por aluno, bem como a colocação da Internet;
- O apoio aos carenciados do concelho, com o Projecto de Luta contra a Pobreza, gerido pela Associação Borda D'Água;
- O apoio às Associações da freguesia, mantendo-lhe os subsídios e nalguns casos, às camadas jovens, até os aumentando;

- E, outras pequenas obras como: o arranjo do espaço, na Fonte do Entrudo, os alargamentos na estrada de Pereira e Borralha;
- A inclusão, na rede viária V – da pavimentação das estradas. Beçós – Limites e Lodeiro D'Árque – Lamachã.

São motivos, mais que suficientes, Senhor Presidente, para votar favoravelmente, este Plano e Orçamento.”

O deputado António Cascais entregou à Mesa o seguinte documento:

“Senhor Presidente da Assembleia,  
Senhor Presidente da Câmara,  
Senhores Deputados,

Talcomo o Orçamento e Plano de 2001, também para o ano de 2002 nos é apresentado um Orçamento claramente empolado. O valor de 28.400.000€ de receita traduz mais uma vez o erro de cálculo do Sr. Presidente da Câmara, o que convém a quem pretende ser autorizado a efectuar despesas num grande número de localidade do concelho, para depois aplicar as reais receitas naquelas que der mais jeito à sua gestão política.

Elaborado segundo as regras do POCAL, não se entende como é que o aumento de rubricas em receitas correntes é substancialmente aumentado sem a correspondente justificação documental. A diferença de verbas neste capítulo deve ter sempre em conta o realizado em anos anteriores, pois não é previsível que a variação seja significativa. Antes o aumento fosse como hoje nos querem fazer crer, pois seria sinal de pujança económica local que resultava numa maior arrecadação de receita corrente. Para indicar apenas alguns exemplos, cito o aumento de 91,7% no rendimento de propriedade (cap. 04) que passa de 413.593€ realizado em 2001 para 793.000€ previsto para 2002. Nas transferências correntes apresenta-se o total de 6.272.525€ face aos 4.855.767 de 2001. Para não especificar todos os artigos, pela natural incomodidade daí resultante, passo a resumir o total de receitas correntes: do realizado em 2001 no valor de 6.909.618€ prevê a Câmara receber 9.200.000€, aumentando assim 33,1%. O total da receita de capital passa de 5.702.826€ arrecadado em 2001, para 19.200.000€ previsto para 2002.

O POCAL é claro nas regras para a orçamentação destas verbas, ao estabelecer no ponto 3.3-b) que “as importâncias às transferências correntes e de capital só podem ser consideradas no orçamento em conformidade com a efectiva atribuição pela entidade competente”. Ora as receitas com origem nos fundos de coesão não têm as correspondentes candidaturas homologadas, à excepção do PACTO DO ALTO TÂMEGA, onde se orçamentam 480.000€ muito pouco face aos 10.139.750€ na rubrica dos fundos de apoio. Se o Sr. Presidente da Câmara está seguro, o Orçamento deveria vir acompanhado de documento demonstrativo da homologação das candidaturas.

Também as receitas de capital pela venda bens de investimento, no total de 4.052.467€ não têm segurança, pois a Câmara não tem assim tantos bens imóveis para vender, a não ser que leve o edifício dos Paços do Concelho a leilão.

Do lado das despesas correntes vemos as habituais cautelas em orçamentar suficientemente as despesas de representação, telefones/telemóveis, combustíveis e a aquisição de outros

bens não duradouros, contrastando com a remuneração aos Membros do G.<sup>a</sup>P., cuja verba de 20.860€ já estará esgotada, seguramente, a não ser que não pague ao seu “staf” político.

A intenção de realizar obras fica-se pelos trabalhos do ano passado, pois quase todas elas vêm de anos anteriores e muitas já estão até concluídas. A não ser o Parque de Exposições que é obra nova, todas as outras contempladas com verbas indicativas da vontade política de fazer provêm dos Planos de anos anteriores, constando mais de 20 obras nos Planos dos últimos cinco anos. O quartel dos Bombeiros Voluntários de Salto, que já deveria estar feito há muito, aparece apenas com uma dotação de 25.000 €. A variante à vila na sua totalidade, que é uma urgência, vai continuar a arrastar-se por mais um par de anos.

O concelho está a perder a oportunidade de ter um crescimento harmonioso que potencie o seu desenvolvimento económico global e dê qualidade de vida a todas as localidades. Somos todos nós, desde Parada a Cervos, ou de Sendim a Fafião que constituímos a força da nossa terra, que a podemos valorizar, que queremos nela viver e nela nos realizarmos. As condições mínimas de conforto têm de chegar a todo o lado. Não podemos consentir a falta de infraestruturas em muitas das nossas aldeias que dificulta ainda mais a já precária forma de vida das pessoas. O alargamento da rede de saneamento é hoje uma necessidade premente. Quão penoso se torna para as famílias o facto de pretender fazer um quarto de banho e não terem possibilidade de construir a fossa, porque residem no núcleo urbano da aldeia e a maioria das habitações não possui terreno disponível. Não é admissível que haja captações de água em autênticos charcos, como foi referido na última Assembleia e depois se justifique com a vontade do não pagamento do seu consumo. Claro que ninguém paga voluntariamente se lhe for dada a alternativa do não pagamento.

As vias de comunicação, a instalação de outros equipamentos há mais de dez anos anunciados, a visibilidade do nosso património, o apoio a novas actividades que tragam riqueza, o turismo, a educação, a motivação e empenhamento das populações têm de ser apostas fortes que devem absorver os recursos do presente para não sermos uma reserva de outros no futuro.

Pelas questões de ordem técnica acima aduzidas, por razões de opção de prioridades, por ausência de vontade política para obras importantes e pela racionalização dos recursos, votamos contra o Plano e Orçamento para 2002.

Montalegre, 24-4-2002”

O deputado José Coelho pediu que o Senhor Presidente da Câmara não se esquecesse do infantário de Pisões porque o actual está em muito mau estado. Falou sobre os arruamentos no Antigo de Viade e disse que a rua que passa junto à escola devia levar tapete. Disse que a Câmara recebe dinheiro da EDP pelos terrenos submersos pela barragem, pensa por isso que as freguesias de Viade de Baixo, Negrões e Chã deviam receber mais. Em relação ao turismo, disse que na sua freguesia não há investimentos nessa área e é uma zona muito procurada por turistas. Pediu que a Câmara arranjasse um caminho em Parafita que dá acesso à barragem e que está em muito mau estado.

O deputado António Ferreira pensa que por aquilo que se tem dito na Assembleia até dá a impressão que as pessoas de Montalegre são umas coitadinhas e que as pessoas que nos visitam vêm enganadas porque pensam que vão para Portalegre e se confundem. Disse que nem tudo é mau e que temos muita coisa boa. Disse que a estrada da Fronteira, com o bom

tempo que se tem feito sentir, tem levado tapete e está a ficar muito boa; na variante também se está a dar provas que vai sair dali uma coisa de jeito. A urbanização da vila, a seu ver, também está a ficar bem, assim como a empreitada águas a Salto está no bom caminho. Referiu ainda que a Câmara deu grande impulso na abertura da fábrica de fios eléctricos pois ouviu dizer ao proprietário que tem em vista admitir 150 funcionários. Perguntou porque é que este empresário investiu em Montalegre se não será porque os autarcas o apoiaram. Terminou, dizendo que a bancada do PS ia dar um voto de confiança ao Senhor Presidente da Câmara porque o concelho de Montalegre vai ser ainda mais engrandecido e os emigrantes vão poder ver que a terra deles está completamente remodelada.

O deputado Francisco Surreira disse que já se tinha falado que as instalações da Assembleia são horríveis e não vê nada no Plano que as tencione melhorar. Vê uma verba atribuída ao turismo de 220.500 euros e estranha que não esteja distribuída conforme as realizações. Parece-lhe que a Câmara quer dar dinheiro conforme as caras. Disse ainda que para a bancada do PS tudo está bem e por isso pediu que a mesma bancada autorize que a Assembleia peça uma inspecção à Câmara para ver se tudo está bem.

O deputado Paulo Cruz disse que já que as obras estão a ser repetidas ao longo de cinco anos, também as críticas são sempre as mesmas. Mas a Câmara continua a ser socialista. Sobre o Plano, pensa que a Câmara quer muito mais para Montalegre nomeadamente para os jovens. Destacou, ao nível da cultura, o contributo que a Biblioteca tem dado aos jovens. Destacou ainda o desporto e a piscina que alguns diziam que era virtual e hoje é uma realidade e que está a ser benéfica a nível social porque os jovens podem utilizá-la gratuitamente, o que para a Câmara acarreta custos elevados. Aos jovens que colocaram faixas a perguntar onde estavam as piscinas, lamenta que agora esses mesmos jovens não dêem o devido valor à obra e a quem a pôs em prática. Disse ainda que nem tudo o que se quer para a terra é possível mas, assim que surgisse a oportunidade, gostava de ver criada uma pousada da juventude em Montalegre.

O deputado Fernando Calvão disse que perante a análise exaustiva que o Senhor deputado António Cascais fez prescindia da palavra.

O deputado João Soares disse que apoia a intervenção feita pelo colega de bancada, Alberto Martins. As obras constantes do Plano e referentes à sua freguesia só a beneficiaram. Disse estarmos perante um Executivo ambicioso, não só pelo que se vê neste Plano, mas sim pelo que também já se viu noutros. É um Plano sonhador mas também de grande rigor e seriedade. A explicação que o Senhor Presidente da Câmara deu devia demover todas as críticas que foram feitas porque ele disse que era um Plano de continuidade. É um compromisso que se assume perante a Assembleia e perante os barrosões. Terminou dizendo que tinha o seu voto e, mais do que isso, tinha também o seu aplauso.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no final das intervenções, perguntou porque é que a estrada de Pitões a Tourém está incluída na listagem de obras por administração directa, se já está feita.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que essa obra é para incluir no Interreg para ser financiada tal como outras como, por exemplo, o saneamento de Solveira, que estão em conclusão e não tiveram qualquer financiamento.

Findas as intervenções dos senhores deputados, o Senhor Presidente respondeu aos interpelantes.

Ao deputado Alberto Martins disse que ele tinha referido as obras que estão feitas e as que se vão fazer. É notório que, por ter havido eleições, a Câmara não parou e é verdade que durante o período eleitoral as obras andam com mais força. Há hipóteses de candidatura para as Minas da Borralha. Existe um espólio de investigação; o equipamento das Minas pode ser motivo de estudo e um chamamento para o turismo. Falou-se também na rede viária V, mas o Plano é plurianual e não é para ser feito já.

Ao deputado António Cascais começou por confessar que ia falar mas que já trazia o discurso preparado. Que, portanto, as críticas são sempre as mesmas e sem primeiro ouvir as explicações da Câmara. Limita-se a fazer batota dos números e nunca faz crítica construtiva, é o permanente bota-abaixo. Este Plano tem provavelmente receitas que não vão ser realizadas na totalidade mas há terrenos que se a Câmara vender pode realizar muito dinheiro como, por exemplo, as escolas primárias; os loteamentos industriais de Salto e Montalegre, o terreno junto ao Centro de Saúde, o terreno da Resat, sobrantes das EN 103 e 308; os terrenos que vão ser vendidos ao IGAPHE, etc. Referiu que há obras que já estão feitas e estão a servir a população há muito tempo, mas continuam em Plano por questões de financiamento. Sobre a construção do Parque de Exposições, disse que o PSD quis anular a construção desta infra-estrutura mas quando se pediu que arranjassem uma localização não foram capazes. Foi aqui dito que não faziam estes equipamentos e se os fizessem seria um de cada vez. Pois este executivo vai fazê-los todos de uma vez, e vai pagá-los. Sobre a EN 103.9, disse que esta faz parte do Plano Rodoviário e que há duas hipóteses: uma de fazer uma intervenção e concluí-la até à Corujeira sendo financiada pelo Interreg; a outra hipótese será a Câmara a executá-la e será financiada pelo ICOR. Referiu ainda que os comentários que o PSD faz não se cifram em alternativas e quem anunciou na campanha que ia fazer a Pista e o Parque de Exposições tem obrigação de os executar porque este Plano foi sancionado pelo eleitorado. É um Plano equilibrado e deixa margem para a Câmara poder articular em função das suas possibilidades e adaptar ao ritmo dos financiamentos.

Ao deputado José Coelho disse que não achava bem que se queira fazer divisões entre freguesias porque somos todos do mesmo concelho e devemos ter um crescimento harmonioso porque se assim não fosse as aldeias mais pequenas ficam sempre para trás para já não falar na contradição que cometíamos quando falamos no concelho a nível nacional.

Ao deputado António Ferreira disse que a Câmara tem apoiado o investidor da fábrica dos fios eléctricos porque, pessoalmente, acredita que o empreiteiro é sério e quer aproveitar a mão-de-obra sem procurar subsídios, nem apoiar-se só na Câmara. Está convencido que o investimento vai para a frente porque Montalegre está muito mais conhecido e esta Câmara apoia muito os privados.

Ao deputado Francisco Surreira disse que no turismo pode aparecer alguma actividade que não tenha verbas discriminadas para as acções. Mas as acções que referiu estão discriminadas noutro documento. Disse ainda que se o PSD suspeita de irregularidades na Câmara que chamem a inspecção que este Executivo está de consciência tranquila.

Ao deputado Paulo Cruz disse que a pousada da juventude seria um equipamento bom se se conseguisse. Não há a intenção nem a possibilidade de ser conseguida de imediato mas é uma possibilidade que pode vir a acontecer. Existe o Parque de Campismo que já é uma boa infra-estrutura e dá apoio aos jovens.

Ao deputado João Soares disse que devem ser contributos, como os que ele deu, que os restantes autarcas devem seguir.

Finda a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, o deputado António Cascais inscreveu-se para esclarecimentos e perguntou se o documento que lhes foi apresentado de obras por administração directa é para votar porque as verbas nele constantes não têm tecto para o aumento.

O Senhor Presidente da Câmara disse que o orçamento é apresentado e tem de ser votado, o Plano Plurianual é para apreciação. Sobre as obras por administração directa disse eu elas já estão incluídas no Plano.

**Deliberação:** O Orçamento da receita e da despesa para 2002 foi aprovado por maioria com dezasseis votos contra.

#### **5. Plano Plurianual de Investimentos – PPI 2002**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia do plano Plurianual de investimentos 2002.

Não houve inscrições.

**Deliberação:** O Plano Plurianual de Investimentos 2002 foi aprovado por maioria com dezasseis votos contra.

#### **6. Plano de Actividades Municipal – PAM para 2002**

Não houve inscrições.

**Deliberação:** O Plano de Actividades Municipal, incluindo a listagem de Obras por Administração Directa, foi aprovado por maioria com dezasseis votos contra.

#### **7. Restruturação dos Serviços Municipais – Proposta (Organograma, Quadro de Pessoal e Regulamento de Organização dos Serviços Municipais)**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve inscrições.

**Deliberação:** O Organograma, o Quadro de Pessoal e o Regulamento da Organização dos Serviços Municipais foram aprovados por maioria com nove abstenções.

## **8. Aquisição dos Serviços de recolha indiferenciada dos resíduos sólidos urbanos do Município de Montalegre – autorização para assunção de encargos por mais de um ano económico – proposta**

O Senhor Vereador Nuno informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Domingos Vasconcelos, António Ferreira e Pedro Giesteira.

O deputado Domingos Vasconcelos falou da integração do pessoal, dizendo que deve haver atenção e que os funcionários têm que ser ouvidos.

O deputado António Ferreira disse que quando os membros da Assembleia se deslocaram às duas lixeiras que foram encerradas puderam verificar que o investimento feito foi muito bem aplicado.

O deputado Pedro Giesteira, Presidente da Junta de Freguesia de Cabril, disse que a nível das freguesias do Parque os cuidados com o ambiente são redobrados e disse ainda que tinha solicitado uma reunião com o administrador da Resat no sentido de serem colocados contentores para recolha do ferro velho.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder. Este aproveitou a oportunidade para apelar aos Senhores Presidentes de Junta para que a preocupação com o ambiente seja redobrada. Parece que o problema está resolvido com o encerramento das lixeiras, mas pode não estar porque as pessoas podem fazer lixeira em qualquer local. Pediu que os Presidentes de Junta disponibilizassem locais próprios nas suas freguesias onde as pessoas possam colocar ferro velho, electrodomésticos, etc para depois a Câmara fazer a recolha. Quem colocar lixo nos montes tem de ser punido e castigado. Em Montalegre, o depósito do ferro velho e electrodomésticos situa-se no Valdoso, na estação da Resat. Enquanto não funciona pode ser depositado no largo da pista automóvel.

**Deliberação:** A proposta foi aprovada por unanimidade.

## **9. Classificação como património edificado privado de local o conjunto formado pelo “Antigo Seminário, o Passadiço, a Eira e a Casa da Rua”, em Gralhas**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Amadeu Fortunas, Pedro Giesteira e António Cascais.

O deputado Amadeu Fortunas pediu a correcção da carta do IPPAR que refere Bragança.

O deputado Pedro Giesteira pediu que se vote a favor e pede a todos os Presidentes de Junta que façam um inventário de todo o património para depois poderem aceder a projectos.

O deputado António Cascais disse estarmos perante a classificação de um imóvel de grande importância para o concelho. Funcionou como seminário durante três anos e felicitou o Senhor Presidente da Câmara pelo esforço que fez.

**Deliberação:** A proposta foi aprovada por unanimidade.

#### **10. Estrutura Orgânica, Regulamento Interno e Quadro de Pessoal da AMTAD**

O Senhor Presidente informou a Assembleia.

Não houve inscrições.

**Deliberação:** A proposta foi aprovada por unanimidade.

#### **11. Encargos com Pessoal – AMTAD**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve inscrições.

**Deliberação:** A proposta foi aprovada por unanimidade.

### **PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA**

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir.

Foi lida em voz alta a minuta desta acta que, posta à consideração, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão.

No prazo legal justificaram as faltas os deputados Armando Rodrigues Mendes Duarte, António Fernando Barroso Miranda, António Pires Pereira, António Gregório Azevedo Dias, Silvino Flores e Manuel Lopes Júnior.

O Presidente da Assembleia

O 1º Secretário

O 2º Secretário